

De: Presidencia
Enviado em: quinta-feira, 13 de setembro de 2018 13:01
Para: Clube de Regatas do Flamengo
Cc: FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)
Assunto: Enc: VISTA- PROCESSO 330/2018 STJD - OFICIO FENAPAF
Anexos: 02 a 10.pdf; capa.pdf

De: Rj Presidencia <rj.presidencia@cbf.com.br>
Enviado: quinta-feira, 13 de setembro de 2018 12:48
Para: Presidencia
Assunto: Enc: VISTA- PROCESSO 330/2018 STJD - OFICIO FENAPAF

De: Adriana Costa Solis
Enviado: quinta-feira, 13 de setembro de 2018 11:48
Para: Rj Presidencia; Mg Presidencia; Flamengo.00006RJ; Michel Asseff Filho; michelfilho@michelasseff.com.br; theotonio@chermontdebritto.adv.br; Cruzeiro.00006MG
Cc: Daniela de Andrade Lameira Pinho; Aline Pereira
Assunto: VISTA- PROCESSO 330/2018 STJD - OFICIO FENAPAF



OFÍCIO/SEC Nº 620/ 2018 – STJD

Do: Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol

Para: Departamento de Competições da CBF.

Para : Federação Mineira de Futebol.

Para: Cruzeiro Esporte Clube.

Para: Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

Para: C.R. do Flamengo.

Rio, 13 de setembro de 2018.

De ordem do Dr. Auditor Presidente deste Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, Paulo Cesar Salomão Filho, referente ao ofício encaminhado pela FENAPAF, sob nº 330/2018 - STJD, informo que através de despacho, abre vista ao C.R. Flamengo, Cruzeiro E.C. e ao Departamento de Competições da CBF, para que se manifestem no prazo de 48h quanto ao Ofício encaminhado pela FENAPAF.

Informo outrossim que segue Ofício em seu inteiro teor.

Atenciosamente

Adriana Solis
Coordenadora do STJD



Expediente

13/9/2018

Ofício: 620/2018

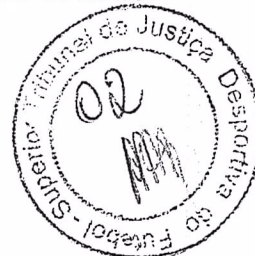


Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

Ofício 020/2018.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.



Ao Ilustríssimo Senhor **Paulo Cesar Salomão Filho**

Digníssimo Presidente do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
DO FUTEBOL

Rio de Janeiro – RJ

Por correspondência eletrônica

Recebido Nesta Data

12 / 09 / 18

Secretário

A Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, FENAPAF, ingressou com o processo de número 0001710-68.2013.5.15.0095 que tramitou junto a 8ª Vara do Trabalho de Campinas, em face da Confederação Brasileira de Futebol, referente ao intervalo entre partidas – calculado do término da primeira partida e do início da segunda.

Nesta ação foi sentenciado que o intervalo regular entre uma partida e outra seria de 72 (setenta e duas) horas.

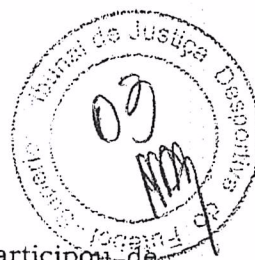
Ocorre que as partes compuseram acordo que foi devidamente homologado em audiência onde ficou expresso que as competições coordenadas pela CBF deverão observar entre a realização de uma partida e outra, o intervalo mínimo de tempo de 66 (sessenta e seis) horas calculado do término da primeira partida e do início da segunda como impedimento no que diz respeito à participação do atleta.

Ou seja um atleta tem direito de intervalo de 66 horas entre um jogo e outro. A equipe pode jogar, mas o atleta tem que ter este intervalo respeitado.

Referida obrigação consta, inclusive, no Regulamento Geral das Competições da Confederação Brasileira de Futebol, com algumas impropriedades, eis que não é possível pelo acordo judicial, não é possível criar exceções.



Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol



Dito isso, ontem (11.09.2018) a Seleção Brasileira de Futebol participou de jogo amistoso contra "El Salvador" em Washington e os atletas Dedê e Lucas Paquetá, participaram deste jogo. Agora se noticia que

os referidos atletas estão voltando ao Brasil, para jogar hoje a noite, na Copa do Brasil pela suas equipes (Cruzeiro e Flamengo), 24 horas após a partida pela seleção, sendo de ofuscante e irritante nitidez o descaso com os atletas acima citados.

O acordo foi feito para que seja respeitado a saúde do atleta, protagonista do evento futebolístico. Não pode ser levado em conta o interesse do clube e do próprio atleta a regra acordada é de defesa da saúde do trabalhador.

Sendo assim, é notório que o acordo está sendo descumprido em total afronta a dignidade física do Atleta, merecendo uma pá de cal desta Superior Tribunal no descumprimento em comento.

Cabe observar que a FENAPAF repudia, com veemência, o descaso com os Atletas, devendo ser aplicado o artigo 214 do CBJD, conforme consta na petição de acordo entre nossa entidade e a CBF

Por fim espera que Vossa Excelência também dê conhecimento deste expediente, para a Douta Procuradoria, para caso os referidos atletas atuem hoje, em ser aberto competente processo disciplinar.

Sendo o que tinha para o momento, reitero os votos de elevada estima e consideração, esperando que o STJD preserve o bem maior tutelado que é a saúde do atleta.

FELIPE AUGUSTO LEITE

PRESIDENTE



PROCESSO Nº 0001710-68.2013.5.15.0095

RECLAMANTE: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FÚTEBOL
RECLAMADA: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FÚTEBOL

Comparece a FEDERACÃO NACIONAL DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL, representada pelo Dr. Felipe Augusto Leite OAB/RN 3224-B, acompanhada do advogado Dr. Dácio Neufhaus OAB/SP 310556

Compareça a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL representada pelo Dr. Maurício Rodrigues Amaro OAB/RJ 134350, acompanhada do advogado Dr. Hugo Luiz Schiavo OAB/RJ 103712.

Comparece o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, representado pelos Exmos. Procuradores Dr. Guilherme Duarte da Conceição e Dr. Eduardo Luis Angarten.

Após os amplos debates havidos em audiência realizada nesta mesma data, as partes chegaram à seguinte conclusão:

As partes declaram estar cientes dos termos (ais) declarados profundos(s) nos autos, assim como da avença que ratificam expressamente manifestando sua vontade inequívoca em elevar o acordo.

NOTIFICAÇÃO - SE o evento nos termos do pedido juntado a fl. 469/469 bem como das discussões e decisões complementares para que seja sentenciado e legais efeitos.

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

[Illegible text]

Em razão da contratação a requerendo a requerimento do patrono da FENAPAF aqui presente, LIBSON-SE, a parte RECLAMANTE ou seu patrono, Eduardo Moraes Santos, CARISSP 11.562.591, a importância de R\$7.500,00 a partir do depósito recuado realizado no CONFERENCIAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, CNPJ 03.655.721/0001-24, em 08/02/2016 no valor original de R\$9.000,00, com os devidos acréscimos legais de juros e encargos multas, DANDO-SE A PRESENTE ATO, forta de ALVARÁ, o qual deverá ser entregue ao Sr. Gerente da Caixa Econômica Federal ou a quem suas vezes, para depósito em ciência e pagamento devido.

As duas primeiras são livres, por estarem liberadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

... ..

liberação final

Manifestações recebidas das partes deverão ser apresentadas
retamente ao MM. Juiz de Direito.

Encaminha-se o processo à Vara de Origem imediatamente.



ASSINATURA

A handwritten signature is written over the 'ASSINATURA' label.

ASSINATURA

A handwritten signature is written over the 'ASSINATURA' label.

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 8ª VARA DO TRABALHO
Campinas – São Paulo



Ação Coletiva
Processo nº 0001710-68/2013-5 15.0095
Autor – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ATLETAS
PROFISSIONAIS DE FUTEBOL - FENAPAF
Ré – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL


**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ATLETAS
PROFISSIONAIS DE FUTEBOL - FENAPAF, e CONFEDERAÇÃO
BRASILEIRA DE FUTEBOL - CBF**, vem por seus advogados dizer e requerer o
que se segue:

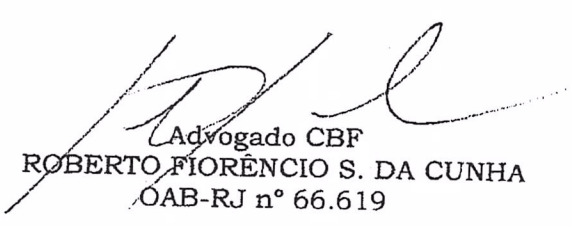
As partes resolveram conciliar o feito, e para tanto
assinam o Instrumento de Transação que ora é juntado aos autos.

Para tanto requerem que Vossa Excelência, peça o
retorno dos autos do Egrégio Tribunal e homologue a presente conciliação
para imediato cumprimento.

Desde já as partes expressam que em face da
conciliação, sendo a mesma homologada, renunciam aos recursos interpostos.

Nestes Termos
Pede e espera deferimento.
Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.


Advogado FENAPAF
DÉCIO NEUHAUS
OAB-SP nº 310.556
OAB-RS nº 36.943


Advogado CBF
ROBERTO FIORÊNCIO S. DA CUNHA
OAB-RJ nº 66.619



INSTRUMENTO DE TRANSAÇÃO

Pelo presente termo de transação, **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL**, entidade sindical, inscrito no CNPJ sob o nº 04.281.138/0001-67, autora da ação trabalhista nº 0001710-68.2013.5.15.0095, em curso na 8ª Vara do Trabalho de Campinas (Justiça do Trabalho da 15ª Região), doravante denominada apenas "**FENAPAF**", neste ato devidamente representado por seu Presidente, Sr. Felipe Augusto Leite e **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL**, associação de direito privado de caráter desportivo, sem intuítos lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.655.721/0001-99, ré na referida ação, doravante denominada apenas "**CBF**", neste ato devidamente representada por seu Presidente, Marco Polo Del Nero, ambas também representadas por seus respectivos advogados abaixo assinados,

CONSIDERANDO:

- a) que inexistente lei regulando o intervalo mínimo de tempo a ser observado entre a realização de uma partida de futebol e outra, das quais possa participar o mesmo atleta;
- b) que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, nos termos do art. 5º, inciso II, da Constituição Federal;
- c) que em consulta aos interesses de todos os participantes de competições futebolísticas, incluindo os atletas, que se faculte a realização de partidas com intervalos de 66 (sessenta e seis) horas entre elas;
- d) que rege os dissídios trabalhistas a norma do art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de sempre favorecer a conciliação, até como diretriz para os juízes e Tribunais de Trabalho;

RESOLVEM, na forma da lei e de comum acordo, com o objetivo de pôr fim à citada demanda, usando da faculdade que lhes confere o art. 840 do Código Civil, sob inspiração da mencionada regra do art. 764 da CLT, conciliar todas as questões resultantes do mencionado processo em curso na 8ª Vara do Trabalho de Campinas, de modo a compor o litígio e prevenir futuros, nos termos abaixo aduzidos:





- 1- No tocante às competições coordenadas pela CBF, esta se obriga, como regra geral, a observar entre a realização de uma partida e outra, o intervalo mínimo de tempo de 66 (sessenta e seis) – calculado do término da primeira partida e do início da segunda – como impedimento no que diz respeito à participação do atleta trabalhador.
- 2- A CBF se obriga ainda, nas competições por ela coordenadas a partir do ano de 2018 (em função da necessidade de respeito ao prazo fixado no Estatuto de Defesa do Torcedor – Lei nº 10.671/2003 – art. 9º, § 5º, II), fazer constar o intervalo mínimo aqui tratado no Regulamento Geral das Competições.
 - 2.1 – No ano de 2017 a CBF emitirá Resolução de Diretoria para o acatamento do ora aqui ajustado, bem como cientificará as Federações Estaduais para que cumpram o aqui ajustado.
 - 2.2 – Constará ainda nas RDIs e nos Regulamentos Gerais que a atuação de atleta, sem a observância do aqui ajustado, implicará na denúncia do clube pelo artigo 214 do CBJD.
- 3- A celebração desta transação não constitui, por parte da CBF, reconhecimento de haver descumprido normas legais, nem representa qualquer violação aos direitos dos atletas.
- 4- As partes dão-se, reciprocamente, ampla, geral e irrevogável quitação quanto ao objeto desta transação.
- 5- Não havendo cumprimento da presente obrigação por parte da CBF, o acordo será rescindido e será mantida em sua totalidade, a decisão da Vara de Campinas, com intervalo de 72 horas entre partidas.
- 6- Os honorários de sucumbência determinados na sentença do processo nº 0001710-68.2013.5.15.0095 serão arcados pela CBF que depositará o valor em juízo e será emitido alvará em nome do advogado Eduardo Novaes Santos. A CBF também fica responsável pelo pagamento de eventuais custas judiciais.

E, estando assim justas e acordadas, as partes FENAPAF e CBF requerem a homologação da transação acima e a consequente extinção do feito, com resolução do mérito, comprometendo-se ambas a observar todos os termos pactuados, razão pela qual firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual



teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, sendo que uma das vias será protocolizada perante o processo que tramita em Campinas.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL

Felipe Augusto Leite
-Presidente-

Advogado FENAPAF
Décio Neulhaus
OAB-SP nº 310.556
OAB-RS nº 36.943

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Marco Polo Del Nero
-Presidente-

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Gilner Botrel
-Diretor Financeiro-

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

Manoel Flores
-Diretor de Competições-

Advogado CBF

Roberto Fiorêncio S. da Cunha
OAB-RJ nº 66.619

Anexo

Ofício: 620/2018-STJD

13/9/2018

